

A VALORIZAÇÃO DE RECURSOS ESPECÍFICOS E A CONSTRUÇÃO DE MERCADOS POR AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES COMO COMPONENTES DE UMA CBST NA SERRA CATARINENSE

THE VALORIZATION OF SPECIFIC RESOURCES AND THE CONSTRUCTION OF MARKETS BY FAMILY AGROINDUSTRIES AS COMPONENTS OF A CBST IN SERRA CATARINENSE

Marina Bustamante Ribeiro

Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Agroecossistemas (PPGA) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
marina.b.r@posgrad.ufsc.br

Adinor José Capellesso

Doutor em Agroecossistemas. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)
adinor.capellesso@ifsc.edu.br

Moisés Savian

Doutor em Produção Vegetal. Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - MDA
moisessavian@gmail.com

Ademir Antonio Cazella

Doutor em Science de l'Homme et de la Société. Docente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
ademir.cazella@ufsc.br

GT5: Agricultura familiar e ruralidades

Resumo

A abordagem territorial confere aos atores papel central na construção de projetos de desenvolvimento que enfrentam os gargalos criados pela crise ambiental e por dinâmicas populacionais desordenadas de migração, crescimento, trabalho, produção e consumo. Nesse contexto, o referencial teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) demonstra o potencial da valorização combinada de produtos e serviços territoriais via mobilização de atributos materiais (ex. paisagem, alimentos) e imateriais (ex. saber-fazer, cultura). Essa diferenciação tem bases na articulação de atores que identificam e ativam recursos territoriais para criar uma oferta compósita sustentada na imagem territorial. Este trabalho tem o objetivo explicar as dinâmicas locais de desenvolvimento construídas por agroindústrias familiares (AIF) na Serra Catarinense, mobilizando os enfoques da CBST e de mercados territoriais. O estudo evidencia o potencial das AIF enquanto componente de uma CBST. A oferta de uma diversidade de alimentos processados é comercializada localmente, especialmente, em canais construídos a partir de relações de proximidade. Ancoradas no território, as AIF permitem gerar renda, conservar o saber fazer e contribuir para a segurança alimentar, uma vez que disponibilizam alimentos carregados de cultura.
Palavras-chave: Cesta, bens, serviços, desenvolvimento, territorial

Abstract

The territorial approach gives the actors a central role in the construction of development projects that face the bottlenecks created by the environmental crisis and by disordered population dynamics of migration, growth, work, production and consumption. In this context, the theoretical and methodological framework of the Basket of Territorial Goods and Services (CBST) demonstrates the potential of the combined valorization of territorial



products and services through the mobilization of material attributes (e.g. landscape, food) and immaterial attributes (e.g. know-how, culture). This differentiation is based on the articulation of actors who identify and activate territorial resources to create a composite offer sustained on the territorial image. This paper aims to explain the local development dynamics built by family agro-industries (FIA) in the Serra Catarinense, mobilizing the CBST and territorial markets approaches. The study highlights the potential of FIAs as a component of a CBST. The supply of a diversity of processed foods is commercialized locally, especially in channels built on proximity relations. Anchored in the territory, the FIA make it possible to generate income, preserve know-how, and contribute to food security, since they make available foods loaded with culture.

Key words: Basket, Goods, Services, Development, Territorial.

1. Introdução

O Estado brasileiro historicamente priorizou um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e na urbanização, possibilitando às elites econômicas o controle sobre os fatores de produção e a concentração da riqueza produzida. A desigualdade impactou a qualidade de vida de uma ampla parcela da população, com consequente organização social e reflexões teóricas que defendiam a distribuição de benefícios sociais do desenvolvimento durante a geração de riquezas¹. Esse referencial foi incorporado em parte pela ação pública, o que permitiu incorporar novos atores, especialmente, no período 1996-2015. Para tal foram formuladas, implementadas e fortalecidas políticas públicas que buscaram atender diversos públicos em situação de vulnerabilidade social. Diante das dificuldades imediatas, de um lado, registra-se um ciclo de políticas de caráter assistencial, com foco em amenizar e tratar demandas imediatas. De outro, a perspectiva de construir estratégias emancipatórias. A construção dessa dinâmica, presente no rural brasileiro, orientou o desenho de ações públicas agropecuárias de caráter produtivo, seja pela criação de oportunidades em cadeias tradicionais ou alternativas, nas quais a produção de riqueza tem base nas relações entre os atores e se orienta pela sustentabilidade (CAZELLA et al., 2016).

A análise de experiências alternativas à luz dos conceitos de desenvolvimento territorial tem demonstrado a importância da cooperação entre sociedade civil, poder público e agentes privados. Essa articulação é necessária para criar um imaginário compartilhado de futuro que oriente as ações, o que permite promover sinergias e estabelecer regras de governança capazes de aproximar interesses e mediar conflitos. Ao se assentar no papel ativo dos atores, a participação de diversos grupos socioprofissionais representa um desafio constante para ampliar a diversidade de iniciativas, as tornando capazes de gerar benefícios territoriais que superem a fronteira do crescimento econômico. Além de boas condições de saúde e educação, esses projetos buscam proporcionar ambientes sustentáveis e um conjunto de iniciativas que se relacionem e promovam qualidade de vida e bem estar à população. No que se refere aos territórios rurais, as estratégias incluem a diversificação da economia local, a valorização dos seus atributos paisagísticos, culturais e históricos. Em outros termos, a heterogeneidade social é vista como recurso sobre a qual se constroem alternativas ao modelo agrícola produtivista, ainda, hegemônico. Essa abordagem territorial do desenvolvimento é uma vertente que o presente artigo pretende aprofundar. O propósito consiste em articular teorias que possam servir

¹ Ao longo do Século XX, o desenvolvimento era visto como sinônimo de crescimento econômico. Dada a necessidade de acúmulo de capital para os investimentos necessários à geração de novas riquezas, criou-se um discurso sobre primeiro o bolo crescer, para depois distribuir os seus benefícios. Contudo, a necessidade de constante crescimento para evitar crises fez com que o momento de distribuição nunca chegasse. Em complemento, ao gerar a riqueza de forma concentrada, os que se apropriaram dela durante a geração usaram seu poder econômico para evitar a distribuição. Essa é justamente a base da crítica dos pensadores brasileiros, como Celso Furtado, ao defender a distribuição contínua dos benefícios sociais como expressão de desenvolvimento.



de referência para se pensar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável para as condições socioeconômicas brasileiras.

A evolução do conceito de desenvolvimento territorial resultou na formulação do referencial teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), originalmente a partir de estudos empíricos franceses (Pecqueur, 2001/2006; 2005). Formulado para explicar dinâmicas locais heterogêneas de desenvolvimento, esse referencial evidencia a possibilidade de geração de renda de qualidade territorial decorrente de ofertas combinadas de um conjunto de produtos e serviços de qualidade. Ao centrar a análise sobre a ação dos atores, o enfoque da CBST permite a articulação com outros enfoques teóricos, a exemplo dos mercados territoriais e novidades sociotécnicas. Neste sentido, os conceitos articulados pela CBST foram mobilizados em pesquisas conduzidas em territórios rurais do estado de Santa Catarina. A análise inicial verificou que as Agroindústrias Familiares (AIF) geram produtos de qualidade, mobilizando ações inovadoras na transformação de produtos e na construção de mercados territoriais, associados a distintas formas de serviços. Essas iniciativas mobilizam a qualidade de forma relacionada a fatores culturais, ambientais e ao saber fazer dos atores locais (TECCHIO et al., 2021).

Este artigo tem por objetivo analisar o papel das AIF enquanto possível componente de uma CBST na Serra Catarinense. Para além desta introdução e das considerações finais, o próximo tópico busca apresentar as noções de desenvolvimento e território, bem como os limites do olhar restrito ao crescimento econômico. Na sequência, destaca-se que a diversificação dos mercados amplia o potencial para valorizar recursos específicos (tangíveis e intangíveis), permitindo que a geração de renda seja apropriada por um maior número de segmentos produtivos e de prestadores de serviço. Por fim, é apresentada a experiência das agroindústrias familiares da Serra Catarinense enquanto componente da CBST, revelando seu potencial como instrumento de desenvolvimento territorial sustentável a partir da ativação de recursos territoriais específicos.

2. Desenvolvimento Territorial Sustentável: políticas e planejamento para o Brasil

O primeiro elemento a ser considerado na mobilização do referencial da CBST é que o caso brasileiro possui particularidades, o que exige ajustes em relação à empregada na Europa Ocidental (CARRIERE; CAZELLA, 2006). Além das diferenças histórico-culturais, a discussão sobre desenvolvimento no Brasil implica a adoção de medidas voltadas à superação da pobreza, com vistas a garantir o atendimento das carências sociais da população. Até o final do Século XX, o modelo neoliberal contribuiu para o acirramento das desigualdades sociais nos diferentes territórios rurais, uma vez que os investimentos públicos ficaram restritos ao setor agrícola exportador.

Ao analisar as transformações do olhar sobre o desenvolvimento, Galvanese (2021) aponta que, a partir dos anos 2000, a abordagem territorial ganha força no Brasil, com destaque para as reflexões acadêmicas pioneiras de Veiga (2000; 2002) e Abramovay (2000; 2003). Em um primeiro momento, o referencial territorial aponta para a limitação do viés agrícola setorial. Além de integrar atividades, a incorporação da abordagem multiescalar permite melhor compreender a realidade espacial e gerar resultados mais promissores para compreender as dinâmicas territoriais, superando a baixa efetividade produtiva e a insuficiência financeira (GALVANESE, 2021). Algumas situações são apontadas como razões para fortalecer a adoção de abordagens territoriais: i) Variações demográficas, em especial, o crescimento das cidades de porte médio, com possibilidade de uma relação promissora com as áreas rurais, criando oportunidade para o planejamento territorial; ii) Alterações econômicas, embora mantenha-se a tendência de crescimento de riqueza mundial em um contexto de estagnação populacional, a desigualdade faz com que parte do crescimento econômico não se converta em bem-estar social.

O olhar sobre os atores permite refletir a respeito das formas de crescimento, com foco na redução das desigualdades, especialmente, ao incorporar uma nova economia da natureza e do conhecimento; iii) Mudanças climáticas e a pegada ecológica, as quais seguem comprometendo os recursos naturais e exigem conhecimentos vinculados ao território para a gestão eficiente de tais recursos (FAVARETO; BERDEGUÉ, 2018). A incorporação dessas novas temáticas, combinadas com a necessidade de pensar a dimensão produtiva e social a partir dos atores, representa um desafio emergente na construção social do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável.

Embora os projetos concebidos pelo modelo produtivista dominante permitam a inclusão econômica de parte dos atores rurais, geralmente de forma precária e dependente, a ambição normativa do enfoque territorial do desenvolvimento consiste em ampliar as possibilidades de socialização dos benefícios da geração de riquezas. Neste aspecto, a abordagem territorial se diferencia pelo fato de depender da mobilização de atores sociais do espaço geográfico, tanto para a identificação de problemas comuns quanto para a busca e construção de soluções compartilhadas (PECQUEUR, 2005; CARRIERE; CAZELLA, 2006). Contudo, essas construções não são isentas de problemas e as reconfigurações geram novas necessidades, dado o caráter dinâmico do território sobre o qual as decisões são tomadas. Nesse sentido, a abordagem territorial do desenvolvimento designa um processo de mobilização permanente de atores que, de maneira coletiva, buscam diferenciar-se e construir estratégias inclusivas por meio de recursos próprios ao território. Essas são caracterizadas como um processo multidimensional (cultural, ambiental, econômico e social) e de múltiplos atores mobilizados (públicos, privados e associativos), os quais buscam resolver problemas comuns e compartilhar os benefícios (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006).

A representatividade de atores territoriais organizados, em parceria com agentes externos, permite construir soluções para problemas comuns e planejar o desenvolvimento a partir da valorização de “recursos territoriais”. Essas iniciativas promovem recursos materiais e imateriais, a exemplo, respectivamente, das agroindústrias familiares e do conhecimento tradicional e da paisagem local. Nessa construção social, “quando esse processo de valorização ocorre a partir de recursos territoriais específicos, emerge uma dinâmica de diferenciação territorial” (CAZELLA, 2006, p.231).

Ao enfatizar o papel da construção social, uma das críticas refere-se à forma como se implementa a participação social. Geralmente, essa se limita a gestores públicos e movimentos sociais organizados, enquanto parcela significativa da população pobre acaba não sendo representada (FAVARETO, 2015). Nessa direção, projetos que buscam incluir novos temas, com destaque para as agroindústrias familiares, agroturismo e agroecologia, também acabam por realizar recortes excludentes (CAZELLA, 2006). Para tanto, Favareto (2015) propõe a constituição de formas de participação social que vão além das reuniões que discutem a aplicação do investimento, incluindo momentos de planejamento mais amplos que abordem a situação de segmentos sociais específicos existentes no território. Dessa forma, acredita-se que as políticas possam ser concebidas e operacionalizadas de forma a contemplar a heterogeneidade e alcançar outros segmentos sociais. Por sua vez, novos temas podem ser incluídos com vistas a contemplar a realidade e as necessidades desses participantes. Essa construção passa pela compreensão da história, das contradições e conflitos de interesses dos atores do território, bem como destes com agentes externos, o que implica em reconhecer e compreender a complexidade dos processos de desenvolvimento territorial (CAZELLA, 2006; GALVANESE, 2021). A preocupação com a identificação dos conflitos não se deve, necessariamente, à busca de uma solução definitiva, mas a mediação que permite construir acordos e fortalecer coalizões sociais, necessárias para que as ações de desenvolvimento sejam mais efetivas.

Apesar de não haver uma estratégia nacional de desenvolvimento territorial, do ponto de vista dos investimentos do setor público para a redução das desigualdades no meio rural, os dados apontam para a redução da pobreza e desigualdades na primeira década do milênio. Esses resultados foram alcançados apesar da inexistência de uma agenda em torno da “diversificação e dinamização das economias interioranas”, da necessidade de ultrapassar os limites da diversificação da produção agrícola e de incorporar setores da economia local de forma mais ampla (FAVARETO, 2015).

O Estado, através das políticas territoriais, assumiu o propósito de criar espaços de discussão para promover a participação dos atores territoriais, o que representa uma oportunidade para a busca de soluções a problemas compartilhados. Para Favareto (2015), não basta haver investimento público, sendo necessário pensar a eficiência mediante a concepção de espaços mais participativos. A ampliação do controle social tende a melhorar a identificação das verdadeiras prioridades, tornando o recurso público mais efetivo no território. O autor destaca ainda que não se trata apenas de haver ampla representatividade, mas de construir coalizões estratégicas de determinados grupos de atores que orientem a direção da política de desenvolvimento territorial. O que se busca é operar o desenvolvimento territorial sustentável de forma a favorecer a diversificação da economia local para além do agrícola. É nesse contexto que o tema dos mercados ancorados nos territórios e construídos com o protagonismo de organizações da agricultura familiar se integra ao debate do desenvolvimento territorial sustentável.

3. Tipos de mercados e as diferenciações de qualidade

O acesso aos mercados é um dos fatores centrais para a mudança da condição social dos agricultores familiares. Esse entendimento exige superar a visão de mercado como um fenômeno de concorrência ou um sistema de preço, no qual o agricultor se insere e segue as regras pré-definidas. Ao olhar o mercado como um espaço físico, no qual se constituem as relações de oferta e demanda, evidencia-se a sua construção social a partir de distintas regras, resultado da interação social, econômica e cultural. Em outras palavras, o mercado não se resume a trocas monetizadas, orientadas só pelo resultado econômico imediato em transações individuais, pois a interação social pode recorrer aos princípios de solidariedade e/ou de reciprocidade (SCHNEIDER, 2016).

Do ponto de vista histórico, agricultores familiares sempre produziram para sua subsistência, e as relações de proximidade e confiança proporcionaram mais trocas do que vendas. A relação comercial com o mercado foi ganhando espaço com o passar do tempo. Mesmo não se configurando como uma prática comum para os produtores, a necessidade de comercializar excedentes e de se relacionar com os mercados favoreceu a mudança na condição social desses agricultores. Contudo, a relação com os mercados é variável, desde os mais autônomos a outros mais dependentes, pois depende de como o produtor se mantém vinculado à sua base produtiva e consegue adotar estratégias de viabilidade econômica e de reprodução social. O fato de ingressar no mercado não é garantia de sucesso e ganho de renda, pois há disputas e conflitos, muitas vezes, marcados por grandes assimetrias de poder. No mercado de *commodities*, predominam as regras baseadas na concorrência. Neste sentido, a diferenciação de produtos representa um caminho para criar oportunidades em mercados que seguem regras que valorizam as relações sociais, o que pode resultar em maiores possibilidades de inserção e geração de renda (SCHNEIDER, 2016).

A aproximação entre consumidor e produtor pode resultar na construção e inserção de agricultores em mercados “aninhados”², os quais apresentam maiores possibilidades de promover o desenvolvimento rural. Em outras palavras, as trocas de dinheiro por produto, que ocorrem entre produtores e consumidores, incorporam nas decisões a dimensão da reciprocidade. Essa dimensão social torna o mercado imerso diferenciado de outros mercados. Embora inserido em um mercado mais amplo, esses se diferenciam dos demais pelos serviços e produtos consumidos, a forma de distribuição e os modos de governança. Ao valorizar a proximidade e a diversidade, os mercados imersos assumem uma configuração que comporta uma elevada flexibilidade e capacidade de inovação, além de incorporar vantagens competitivas já criadas. Trata-se de uma combinação específica de elementos que podem ser modificados ao longo do tempo (PLOEG, 2016). Ploeg, Ye e Schneider (2015) destacam que os mercados imersos são construídos por relações sociais entre produtor e consumidor, que de diferentes formas trocam produtos. Estas relações são construídas historicamente pela confiança e reconhecimento mútuo. Consumidores reconhecem os diferenciais dos produtos e os agricultores reconhecem o consumidor dos seus produtos (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2015).

Para aprofundar a análise de casos práticos a partir do conceito de mercados imersos, Schneider (2016) desenvolveu uma tipologia com distintas categorias de mercado. Essa construção comporta três dimensões: i) os elementos teóricos relacionados ao mercado como um lugar; ii) no qual as relações e os mecanismos de troca se configuram; iii) ao fato de serem socialmente construídos, o que faz as relações econômicas serem orientadas pelas relações sociais, políticas e culturais, gerando um sistema de regras. Essa tipologia diferencia quatro tipos de mercado: mercados convencionais, mercados públicos e institucionais, mercados de proximidade e mercados locais e territoriais.

Os mercados convencionais concebem a circulação e distribuição de produtos, bens e mercadorias a nível nacional e global, orientada por oferta e demanda e com alto risco e incertezas, o que torna difícil a regulação. Os mecanismos de mediação são controlados por agentes privados por meio da realização de contratos e regulamentos. Os mercados públicos e institucionais não têm um local definido para sua concretização, sendo que os espaços ou realizações de troca são dirigidas por demandas e regulados por organismos públicos ou por organizações não governamentais. Em função disso, trata-se de um mercado com alto grau de regulação e controle, resultado de uma construção social e política. Já os mercados de proximidade caracterizam-se por trocas diretas baseadas em relações interpessoais (reciprocidade, interconhecimento e parentesco), que socialmente assumem a função de dispositivos de controle e regulação. Ao privilegiar o contato direto e a qualidade dos bens trocados, os deslocamentos são o mais restrito possível, geralmente em povoados ou municípios pequenos, que configuram seu *locus* específico. Por fim, nos mercados locais e territoriais, os bens circulam em locais próximos, sendo valorizados por carregar características distintivas de sua origem. Embora mantenham valores presentes nos mercados de proximidade, a exemplo da reciprocidade, diferenciam-se por apresentar uma maior incidência de trocas monetizadas orientadas pela oferta e demanda. Outra distinção do mercado territorial está na forma de distribuição e circulação de mercadorias, por não ocorrer exclusivamente de forma direta entre produtores e consumidores, sendo realizadas, por vezes, por intermediários. Esses atores criam mecanismos de controle e regulação para manter seu poder, inicialmente, em uma atuação local,

² O termo “nested markets”, traduzido no Brasil, inicialmente, por “mercados aninhados” (PLOEG, 2016), foi substituído por “mercados imersos”, por entender que é a tradução mais apropriada de “nested” e também por se referir ao termo “embedded”, que carrega os significados de imerso e enraizado. Por esta razão, neste artigo se empregará essa segunda forma.



mas podendo se estender para fora, sem perder a distintividade ligada à procedência e simbolismo (SCHNEIDER, 2016).

As relações entre os agricultores e os mercados são dinâmicas, diferenciadas pelo maior ou menor grau de interação social, concorrência, local de ocorrência e motivações. Logo, elas podem ser mais ou menos excludentes. Os mercados “aninhados” de Ploeg (2016), compreendidos como mercados imersos, tem na relação social e econômica “falhas estruturais” (PLOEG, 2016), as quais lhe permitem se diferenciar do mercado convencional, emergindo e valorizando a relação entre produtor e consumidor (SCHNEIDER, 2016). Em outras palavras, os mercados imersos possuem bases nas relações sociais e econômicas que acontecem de maneira distinta do mercado convencional mais globalizado, por estabelecerem relações entre produtor e consumidor que encurtam a cadeia. Portanto, se entendemos o território como uma rede de relações, a dimensão territorial está inserida nos mercados imersos. Embora não fiquem restritas a relações diretas, os mercados imersos podem ser considerados como sinônimos de territoriais e de proximidade (SCHNEIDER, 2016), dada a capacidade de mobilizar forças políticas e a participação de outros agentes, podendo distribuir o poder dos atores sobre o espaço e gerar benefícios compartilhados pelos multiatores envolvidos.

A agricultura familiar partiu de um contexto camponês de mercados imersos, com foco na produção para o autoconsumo e poucas trocas externas intermediadas por comerciantes locais. Seguindo a tipologia de Schneider (2016), inicialmente predominavam transações que priorizam os valores de uso nos mercados de proximidade. A partir da maior integração social, gradativamente agregou-se outras opções de negociação que ampliaram a importância dos valores de troca, o que resultou na construção de mercados territoriais, convencionais e institucionais. Diante da presença de distintos canais em cada um deles, os agricultores buscam diversificar as suas fontes de renda, com a diferenciação produtiva e alocação de sua mão-de-obra em distintas atividades. No caso dos bens e produtos diferenciados, estes são construídos predominantemente fora dos mercados convencionais, dada as insuficiências do mercado agrícola hegemônico para contemplar a diversidade (PLOEG, 2016). Por mais que a produção em escala industrial possa inovar em alguns aspectos de seus produtos finais, a agroindústria familiar é capaz de produzir com características distintivas, voltadas para mercados territoriais ou externos, mas preservando sua especificidade, de forma a promover reputação e confiança entre produtor e consumidor. O diferencial ocorre em distintas dimensões (preço, qualidade, processo de produção primária, frescor, de origem local e disponibilidade limitada), sendo construído sobre uma base de recurso comum e transferida ao consumidor, criando uma reputação (PLOEG, 2016).

Como se busca apresentar a seguir, no caso das agroindústrias familiares, o diferencial não está apenas no produto, mas nos atores, nas relações e na cultura local. A rede social de confiança, o saber-fazer tradicional e artesanal e a valorização de recursos territoriais são características distintivas de vantagem competitiva. Na tentativa de superar o caráter setorial das análises nos territórios rurais, observa-se agroindústrias familiares localizadas em espaços urbanos e geridas por famílias que não produzem matéria-prima, uma vez que podem não ser agricultoras. Quando não compram a matéria prima diferenciada dos agricultores, o diferencial do produto está mais associado ao saber-fazer, à tradição, à cultura familiar e à qualidade do processamento de forma artesanal. Os mercados desses produtos, muitas vezes, estão no próprio território, onde costumes, tradições e o reconhecimento de um produto local são valorizados, além da confiança pelo contato direto com o produtor.

4. Agroindústria Familiar enquanto componente da CBST: a ativação de recursos territoriais específicos e a criação de canais de comercialização

Embora existam diferentes referenciais que orientam como abordar os atributos distintivos de produtos e as relações sociais envolvidas com o tema, o enfoque da CBST represente uma alternativa para identificar e valorizar de forma articulada recursos territoriais. A formulação teórica enfatiza os benefícios de encontrar diferenciais específicos de produtos e serviços portadores de qualidades únicas. A especificidade associada a um determinado território ou a um saber-fazer garante a perpetuação da singularidade no tempo, protegendo a estratégia de desenvolvimento da cópia e da concorrência. No caso dos alimentos, a particularidade pode ser decorrente do clima local, tipo de solo, altitude, manejo ou pela interação desses atributos com espécies endêmicas. Como exemplo, a araucária que produz pinhão na serra catarinense tem diferenciais territoriais que lhe confere qualidade única quando comparado a outros territórios produtores de pinhão. Além do diferencial do produto, na Serra Catarinense, o pinhão é um recurso com tradição de consumo desde os povos originários daquele território, o que contribuiu para criar um hábito cultural de consumo, com elevada riqueza de relações de troca e saber-fazer.

Os recursos territoriais podem ser classificados, no entanto, como genéricos ou específicos. Nesse último caso, a especificidade refere-se à impossibilidade ou ao elevado custo de transferência para outros locais. Desde as primeiras formulações, a CBST enfatiza que “os territórios oferecem recursos específicos, intransferíveis e incomparáveis no mercado” (BENKO; PECQUEUR, 2001, p.31). A especificidade torna impossível ou inviável deslocar o recurso, sem que se altere alguma característica que garante sua singularidade. Já os genéricos são assim classificados por não possuírem um enraizamento em um único território, sendo transferível e sem grandes custos. A especificidade pode ser um acúmulo de conhecimentos e de aprendizagens coletiva, que pode ser ativada via inserção no mercado. Essa relação com o mercado ocorre menos por uma questão puramente comercial e mais por um vínculo com o produto, a confiança e o reconhecimento do consumidor (BENKO; PECQUEUR, 2001). Por essa razão, a valorização dos produtos e serviços começa na dimensão local, sendo a reputação externa somente um reconhecimento posterior. Muitos recursos existem nos territórios, mas somente quando seu valor de troca é reconhecido nos mercados, essa passa a ser denominado de ativo.

A abordagem da CBST é um modelo de análise que busca incluir distintos mecanismos de diferenciação de um território por iniciativa de seus atores, com destaque para a sinergia entre recursos territoriais específicos, materiais e imateriais, que permite formular estratégias inovadoras de desenvolvimento territorial sustentável. Em outras palavras, a valorização econômica de recursos específicos associada à ação de atores do território contribui para o desenvolvimento territorial sustentável (PECQUEUR, 2005). As bases dessa distinção estão associadas ao saber-fazer, cultura e paisagem natural, reconhecimento e iniciativa de atores locais públicos, privados e associativos. A transformação de um recurso em ativo específico é resultado das estratégias dos atores sociais e está intrinsecamente vinculada à construção social do território, permitindo que ocorra uma co-produção de conhecimentos sobre o território de maneira coletiva. Trata-se, portanto, de revelar o diferencial que está presente no território, sendo realizado de maneira que nenhum outro território saiba ou possa reproduzir, assim como nenhum outro é capaz de fazer diferente e melhor (CAZELLA et al., 2020).

Para que o modelo de análise da CBST seja alcançado na prática é necessário que os atores se articulem para ofertar bens e serviços de maneira conjunta, fortalecendo a imagem partilhada de território com base na diversidade e harmonia entre os ativos territoriais, com destaque para a conservação ambiental dos espaços geográficos que o sustenta. Hirczak et al. (2008) descreve três componentes principais a serem identificados, construídos e consolidados pelos atores territoriais, de modo a propiciar a emergência de um sistema de governança territorial que de forma à CBST: i) bens e serviços territoriais, de qualidade e específicos, com



facilidade de acesso aos consumidores; ii) confiança, reputação e reconhecimento do território e de sua cultura; iii) bens públicos relacionados à paisagem, arquitetura, história, cultura e tradições. A coordenação entre atores associativos, públicos e privados deve contar com uma atenção especial aos atores sociais menos favorecidos, o qual representa o principal desafio para a constituição de um estilo de desenvolvimento que incorpore os preceitos teóricos da CBST. Esses devem ser incluídos na formulação da agenda de propostas e assumir papel como produtores ou consumidores de bens e serviços, não sendo entendidos como um público a ser escondido para não macular a imagem do território. A capacidade de promover a cooperação com criatividade e mediação de conflitos contribui para que o sistema de governança se fortaleça, tenha um bom desempenho e seja sustentável (CAZELLA et al., 2020).

É a partir dessa sinergia que se concebe as agroindústrias familiares, enquanto componente de uma CBST. Nos territórios rurais, as AIF representam possibilidades concretas para obtenção de renda e, conseqüentemente, a permanência de famílias de agricultores no campo, além de representar um modelo que se contrapõe às grandes agroindústrias concebidas e difundidas a partir dos anos 1960. As agroindústrias familiares podem mobilizar formas inovadoras na transformação de produtos, construção de mercados territoriais e, em última instância, assumir um papel de destaque na construção da CBST. Seus produtos podem ser associados a distintas formas de serviços, mobilizando qualidades relacionadas a fatores culturais, ambientais e ao saber-fazer dos atores locais. Nesse caso, o potencial de inclusão social aparece tanto na geração de oportunidades aos produtores quanto ao praticar preços acessíveis a uma parcela maior da população do território: “a agroindústria rural de pequeno porte é apontada como uma das alternativas para a reversão das consequências sociais desfavoráveis no meio rural” (PREZOTTO, 2002, p. 133).

Para conceituar os empreendimentos de processamento de alimentos que possuem mão de obra familiar, Guimarães e Silveira (2007) discutem o tema a partir da análise de terminologias que apresentam diferentes dimensões. Tendo como universo empírico a agricultura familiar, a ênfase dada pelos autores está na característica artesanal como fator de diferenciação dos produtos, quando comparado aos produtos das grandes agroindústrias. Por sua vez, o IBGE (2006) adota uma definição normativa de agroindústria rural para embasar o levantamento estatístico do Censo Agropecuário, tendo desdobramentos na formulação de políticas públicas:

(...) Atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, (...) realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor (IBGE, 2006, p. 31).

Essa definição adotada pelo IBGE³ apresenta dificuldade para identificar os envolvidos na atividade de processamento e beneficiamento, uma vez que o levantamento não distingue o tamanho do “estabelecimento rural” e a origem da mão-de-obra.

Ao focar sua análise nas “agroindústria de pequeno porte”, Prezotto (2002) as considera um empreendimento que reúne as seguintes características: a gestão é realizada pela agricultura familiar, individual ou coletiva; a matéria prima tem origem na propriedade, com uma pequena parte podendo ser adquirida; a mão de obra é majoritariamente familiar; registra-se baixo nível de automatização; há carência de pesquisas que possam adaptar tecnologias para suas necessidades; a escala de produção não é pré definida e são ajustadas à disponibilidade de mão

³ Para ver um conjunto de críticas à definição adotada pelo IBGE, consultar Gazolla (2013) e IPEA (2013).



de obra, capacidade das instalações e ao mercado; ficam localizadas no meio rural e tem baixo custo de transporte; e, por fim, a qualidade do que se produz está associado ao aspecto social, cultural e ambiental.

Essa formulação também apresenta limitações para abarcar a diversidade de empreendimentos que geram novos produtos pela transformação de matéria-prima de origem animal/vegetal ou os oferta via operações de beneficiamento dos produtos agropecuários (secagem, classificação, limpeza) (PREZOTTO, 2002). Ao analisar os empreendimentos que realizam vendas de sua produção, Mior (2005) considera o consumidor como parte do conceito, enfatizando que a agroindústria produz valor de troca a ser obtido nos mercados. Para realizar um recorte desses empreendimentos com foco na agricultura familiar, o conceito recebe uma nova adjetivação, o de agroindústria familiar rural. De maneira geral, se observa que a literatura sobre o assunto tende a conceber a agroindústria familiar enquanto uma estrutura de processamento vinculada à uma atividade da agricultura familiar. Algumas agroindústrias podem, no entanto, ser familiares, sem necessariamente pertencerem à categoria socioprofissional de agricultores familiares.

A mobilização do adjetivo rural pode assumir diferentes conotações. Sobre esse tema, Favareto e Berdegú (2018) sugerem que a noção de desenvolvimento rural deve incorporar nove critérios, com destaque para um conceito ampliado de rural, enquanto categoria espacial. Com um enfoque relacional, rural e urbano são assumidos como interdependentes, no qual a dicotomia entre rural e urbano ou a extensão deste, já não faz sentido na etapa atual da história (FAVARETO; BERDEGUÉ, 2018). Neste caso, para além dos agricultores, o conceito de agroindústria familiar contemplaria outros produtores, os quais sejam reconhecidos como capazes de promover crescimento econômico associado a formas de distribuição inclusivas.

Ao focalizar as relações construídas pelos atores territoriais, este artigo adota uma abordagem mais ampla de AIF, não se limitando às unidades de transformação geridas por agricultores familiares, nem exigindo que produzam parte ou a totalidade da matéria-prima processada. Além do processamento, o critério é que a mão de obra seja prioritariamente familiar, podendo estar localizada no meio urbano ou rural, com matéria-prima totalmente adquirida. O propósito consiste em relacionar as agroindústrias de mão de obra prioritariamente familiar com os preceitos do desenvolvimento territorial sustentável, tanto pela geração de renda quanto pelos demais benefícios gerados para os consumidores e sociedade local. Para além do viés econômico, o olhar recai sobre a dinâmica alimentar, observando seu potencial de contribuir com a diversidade e qualidade de acesso por meio de distintos canais de comercialização existentes no território. Nesse caso, os diferentes canais de comercialização permitem diversificar os preços praticados e promover acesso a diferentes classes sociais.

É importante incorporar na análise que, diversas iniciativas de processamento de alimentos, deparam-se com dificuldades de seguir algumas legislações, o que resulta em incontáveis agroindústrias que estão na informalidade. Essa situação se dá tanto pela ausência de liberação de funcionamento da parte de organizações de vigilância sanitária, quanto pela informalidade na comercialização. A informalidade tende a ser mais frequente junto a atores tradicionais e pouco capitalizados (WILKINSON; MIOR, 1999). Como a adequação legal faz parte da trajetória de construção dos mercados e de visualização de possibilidades pelos empreendimentos, a presente pesquisa buscou contemplar os empreendimentos formais ou em vias de formalização.

Ao focalizar essa temática pelo ponto de vista histórico e cultural, o processamento de alimentos é uma prática presente na agricultura familiar que remete à subsistência do modo camponês de produção. Esse tipo de agricultor familiar comercializava, inicialmente, o excedente e à medida que novos mercados são criados, esse tipo de produção pode se fortalecer como atividade orientada à comercialização (PREZOTTO, 2002; MIOR, 2005). Nessa direção,

a produção pelas AIF geralmente carrega um resgate cultural, de conhecimento familiar, o qual é convertido em habilidade de empreender em um processamento específico. Esse é o caso das agroindústrias de panificados, sorvetes, sucos, entre outros. Para além do acúmulo sobre AIF, é preciso considerar a diversidade de características organizativas, sociais e de relação com o que se produz. O presente artigo propõe evidenciar a mão de obra familiar, as relações socioculturais com o que se produz, as qualidades construídas em torno do que é produzido e a relação com o consumidor e com os outros atores do território.

Em uma síntese inicial, que será detalhada no tópico seguinte, este estudo inclui agroindústrias familiares com mão de obra predominantemente familiar e não limitada a processar somente a própria matéria-prima. Em relação à legislação, os estabelecimentos já estão formalizados ou têm potencial para tal.

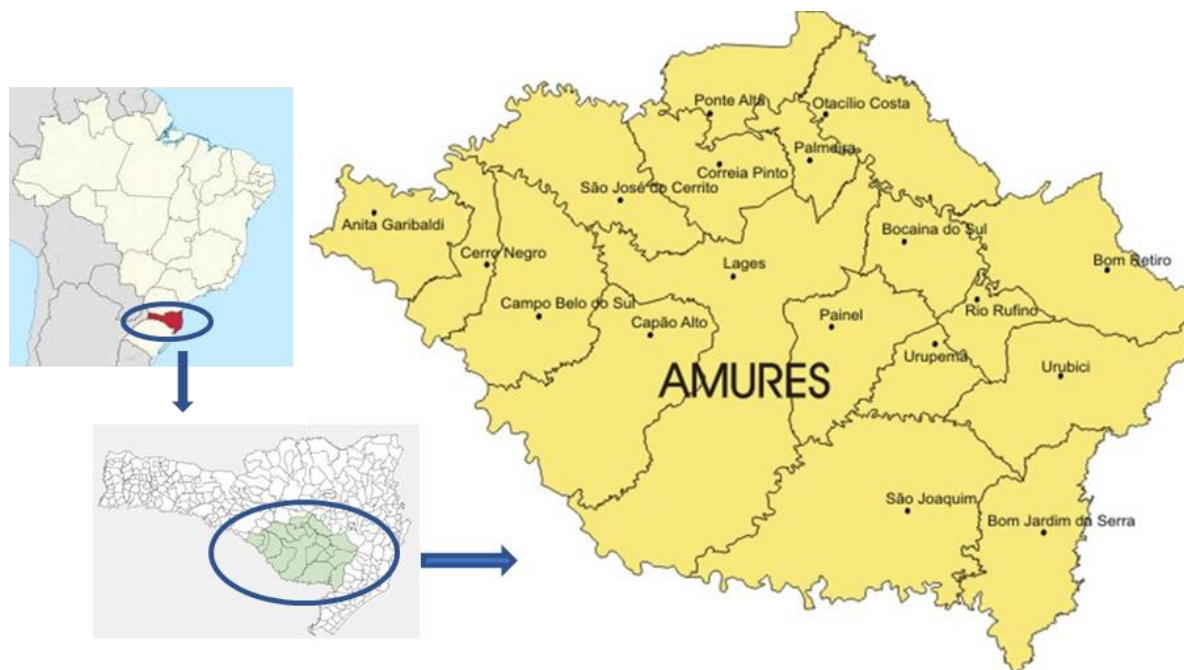
5. Resultados parciais de pesquisa

Este estudo adota como recorte o território da Serra Catarinense, o qual vem sendo objeto de pesquisas sobre o enfoque da CBST desde 2018⁴. A análise de estudos preliminares permite afirmar que a valorização de produtos, serviços e atributos ambientais com características específicas têm sido fundamentais para determinadas categorias de atores sociais do território. Essa importância não se dá apenas pela possibilidade de geração de renda, mas também pelo processo de ressignificação de produtos e atores (CAZELLA et al., 2019). A partir de 2020, as análises têm aprofundado as contribuições das agroindústrias familiares no processo de construção de uma CBST. As agroindústrias familiares mobilizam a qualidade de forma relacionada a fatores culturais, ambientais e ao saber-fazer dos atores locais, podendo ocorrer na transformação de produtos, na construção de mercados territoriais e na associação com distintas formas de serviços.

A região da Serra Catarinense é reconhecida pelas belas paisagens naturais, com campos de araucárias, clima frio e uma gastronomia singular. Os dados de campo contemplam dezoito municípios (Figura 1), que compõem a Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures). Essa associação, fundada em 1968, busca “o desenvolvimento e a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem” (AMURES, 2019, p.01).

Figura 1: Localização da área de abrangência da Amures e respectivos municípios no Brasil e estado de Santa Catarina

⁴ As pesquisas com agroindústrias familiares vêm sendo realizadas pelo Projeto “Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais” financiado pelo Edital de Chamada Pública FAPESC nº 12/2020-Programa de Pesquisa Universal (Termo de Outorga Nº 2021TR000531), com vigência de 2021 a 2023.



Fonte: AMURES, 2007; adaptado por Ribeiro, 2023.

Os primeiros povos que habitavam a Serra Catarinense foram os indígenas de diferentes etnias, seguidos por tropeiros que transitavam entre São Paulo e Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes, sobretudo, portugueses, espanhóis e italianos. A esses se somam os caboclos, população resultante da mestiçagem de diferentes etnias. Na região não se teve grandes projetos de colonização europeia baseados em unidades agrícolas familiares, a exemplo do que ocorreu em outras regiões catarinenses. A concessão de terras por meio de sesmarias representa um diferencial regional, tendo sido decisivo para a concentração de riqueza e poder. Segundo Locks (2016), era clara a estrutura de dominação, entre os que tinham o domínio da terra e aqueles que trabalhavam para os senhores, numa condição de “subsistência consentida”. Em outras palavras, se criou uma condição de relação na qual um pequeno número de proprietários ocupava grandes propriedades de terras, enquanto que a maior parte da população vivia na condição de pequeno proprietário, peão ou agregado, razão pela qual Locks (2016) acredita ser o principal motivo da Serra Catarinense apresentar, ainda hoje, os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado.

A partir dos anos de 1930, o Estado Novo iniciou um projeto nacional urbano-industrial. A pecuária, principal atividade econômica da região, começa a declinar, abrindo espaço para extração de madeira de araucárias, até então dominante na Serra Catarinense. A intensa exploração dessa madeira durou até os anos de 1970 e agravou as desigualdades sociais, uma vez que não se rompeu com a estrutura de dominação entre proprietários e trabalhadores e com a concentração de terras (PEIXER, 2002; LOCKS, 2016; MAGNANTI, 2019). Com as restrições à extração da madeira nativa, após a década de 1970, a exploração dos recursos naturais passa a se dar pela introdução de monoculturas de pinus, soja e eucalipto, e pela implantação de hidrelétricas. A exploração dos bens naturais deixou de lado a soberania alimentar da população local, a qual desenvolvia tradicionalmente lavouras de milho e feijão (LOCKS, 2016).

A promoção de agroindústrias familiares na Serra Catarinense iniciou nos anos 1990, por iniciativas de organizações de apoio à agricultura familiar. Essa iniciativa se inspirou na experiência do oeste catarinense, região do estado com tradição na transformação de produtos agroalimentares associados aos imigrantes europeus. Os serviços públicos de extensão rural,



com destaque para a atual Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), explicam a existência de diversas formas de valorização de recursos territoriais por meio de AIF nessa região. Na Serra Catarinense, esse apoio se deu a partir do Centro Vianei de Educação Popular⁵, tendo iniciado com uma agroindústria de laticínios no município de Otacílio Costa, no início dos anos 2000. Durante esse mesmo período foi criada pelo governo federal a primeira linha de crédito para investimentos em agroindústrias familiares, denominada Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf-Agregar). Essa iniciativa foi renomeada em 2003 para Pronaf-Agroindústria⁶, que se somou ao Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção - Desenvolver/SC (1999 a 2001) do governo estadual. Essas políticas públicas de crédito contribuíram para formalizar algumas iniciativas de AIF que já existiam, mas que operavam na informalidade. Ou seja, o aporte financeiro contribuiu para viabilizar a estrutura segundo as normas da vigilância sanitária, para fins de comercialização.

Na pesquisa realizada em 2022 junto aos escritórios municipais da Epagri no território da Serra Catarinense, foram levantadas 96 AIF e os tipos de produtos por elas processados. Destaca-se que os entrevistados foram orientados a informar as agroindústrias nas quais predomina o trabalho familiar, com foco em produtos alimentares artesanais, que processam a partir de matéria primas próprias ou compradas, com uso ou não de recursos territoriais específicos (ex. pinhão, queijo serrano, mel de bracatinga), com estruturas de processamento regularizadas ou em condições de se regularizar. Para aprofundar a análise foi realizada uma pesquisa de campo com levantamento de dados e amostragem qualitativa. Com o propósito de contemplar a diversidade socioeconômica do território e das AIF, a estratificação buscou integrar municípios com diferentes tamanhos populacionais e AIF com distintos grupos de produtos:

- a. tamanho populacional dos municípios: até 5.000 habitantes; 5.001 a 10.000; > 10.000 habitantes;
- b. categorias e subcategorias de produtos processados ou transformados: b1) produtos de origem animal: lácteos; carnes e processados de carne; mel e ovos; b2) produtos de origem vegetal: beneficiados e minimamente processados; b3) panificados: pães, bolachas, cucas e salgados; b4) bebidas: sucos e vinhos; b5) diversificado: mais de um produto ou não enquadráveis em categorias anteriores, como sorvetes; granola; cogumelos).

Após a separação das AIF por categorias e subcategorias de produção e as enquadrar nas faixas de tamanhos populacionais dos municípios em que elas se situam, procedeu-se a um sorteio para compor uma amostra aleatória intencional e estratificada pelas subcategorias de produtos processados. Estabeleceu-se que cada subcategoria de produto deveria ser contemplada com, pelo menos, uma agroindústria, aumentando segundo a quantidade total: 1 para até 3; 2 para 4 a 6; 3 para 7 a 9; e 4 para mais de 10 AIF na subcategoria. Quando em número superior a 1, para a localização dessas agroindústrias, buscou-se contemplar as três categorias populacionais dos municípios: a primeira etapa do sorteio ocorreu com todas as AIF da subcategoria; para o sorteio da segunda, removeu-se as AIF da subcategoria pertencentes

⁵ Organização Não Governamental, fundada em 1983, que atua prioritariamente nos municípios da Serra Catarinense, com ações voltadas para alternativas de produção para a agricultura familiar, em busca de sustentabilidade e inovação. Além disso, desenvolve projetos educacionais e culturais no que se refere à formação cidadã e ao patrimônio imaterial da região.

⁶ Trata-se de uma modalidade específica de crédito do governo federal dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

aos municípios da faixa populacional já sorteada; na terceira, adotou-se o mesmo procedimento em relação às duas faixas anteriores. Após incluir os três grupos, todas retornaram ao sorteio no caso de uma 4ª agroindústria. Segundo esses critérios foram selecionadas trinta AIF que fizeram parte do estudo (Tabela 1)

Tabela 1: Distribuição das trinta agroindústrias familiares de treze municípios sorteados, segundo as faixas populacionais, categorias e subcategorias de produtos.

Categoria	Subcategoria	<5.000 hab.	5.000-10.000 hab.	>10.000 hab.
Animal	Ovos		1	
	Mel	1	*	3
	Queijaria	2	1	1
	Carnes e seus processados		1	1
Vegetal	Beneficiado	2	*	1
	Processado		1	2
Panificados	Pães, bolachas, cucas e salgados	2	*	3
Bebidas	Sucos			1
	Vinhos	1		
Diversificados	+ de 1 produto processado	1	*	2
	Outro produto	1	*	2

Nota: * não existiam agroindústrias para essa categoria nessa faixa populacional de município.

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Como instrumento de pesquisa utilizou-se um questionário para levantar dados sobre o funcionamento das agroindústrias familiares, os diferenciais de qualidade de seus produtos, tipos de mercados acessados no processo de comercialização, marcas coletivas e demais formas de cooperação existente entre essas agroindústrias, bem como contribuições dessas iniciativas na construção de um modelo de desenvolvimento segundo os preceitos da CBST⁷. Os dados foram coletados em 2022, seguindo-se a tabulação e análise, sendo possível trazer algumas reflexões preliminares. Do total de trinta agroindústrias familiares pesquisadas, 22 se localizam no espaço rural e oito em espaço urbano. Considerando as agroindústrias criadas a partir de 1997, se observou que 87% (26) delas foram constituídas durante o período de vigência das

⁷ Esse instrumento de pesquisa foi elaborado a partir da adaptação de um questionário utilizado no projeto de tese intitulado “Estratégias de comercialização e mercados das agroindústrias familiares da Serra Gaúcha”, conduzido por Alexander Cenci, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).



linhas de crédito para o fomento de agroindústrias na agricultura familiar. Ao serem questionados sobre os financiamentos utilizados, boa parte dos entrevistados contaram com apoio de políticas públicas, o que contribuiu para sua estruturação: quatro gestores destacaram a utilização do Pronaf-Agroindústria, seis recorreram a outras linhas de crédito do Pronaf para financiamento de investimento e custeio e em dois casos foi utilizado o crédito especial da Secretaria da Agricultura do governo de Santa Catarina para agroindústria. Sobre sua importância para a família, 83% (25) dos gestores declararam que a agroindústria é a principal fonte de renda da família.

Quanto ao sistema gestão das agroindústrias familiares, foi constatado que o principal gestor é um homem em 53% (16) dos casos e uma mulher em 47% (14). A figura do segundo gestor aparece em 73% (22) das AIF, nas quais a representação das mulheres aparece com 54% (12) de ocorrências. Em síntese, é possível inferir que a participação das mulheres na gestão (individuais, esposas, filhas ou sócias) das AIF chega a 73% (22) das agroindústrias pesquisadas, sendo que em 26,7% (8) dos casos a gestão é exclusivamente por mulheres. Na unidade agrícola, geralmente, as mulheres se ocupam das atividades domésticas e do quintal, na qual se inserem o beneficiamento e processamento. Essa atividade de transformação alcança outro patamar quando não é mais realizada na cozinha da casa, e os dados demonstram que a mulher continua sendo parte responsável pela produção. Nesse caso, a valorização passa a ser não apenas do recurso territorial, mas também do trabalho e conhecimento feminino, reconstruindo espaços de relações.

As agroindústrias familiares pesquisadas, por definição, têm predominantemente mão de obra familiar: em 70% (21 casos) há entre 1 e 2 pessoas da família trabalhando; em 27% (8 casos) são entre 3 e 5 pessoas da família envolvidas nas atividades, sendo todos de forma permanente. Em só 3% (1 caso) não há membros da família, mas esses são trabalhadores permanentes cooperados. A grande participação familiar demonstra a coesão social entre os envolvidos e a relação de confiança, sem perder a relação profissional. As atividades de responsabilidade de cada membro familiar vão desde a produção da matéria-prima, passando pelo trabalho na agroindústria, divulgação, atividades financeiras, até a comercialização. Na distribuição das atribuições são consideradas as habilidades e a formação de cada membro, podendo ser assumidas individualmente ou de forma compartilhada.

No que se refere à contratação de mão de obra, 80% (24 AIF) não fazem contratação permanente e 63% (19 AIF) não o fazem nem de forma eventual. Entre as que contratam de forma permanente, nenhuma tem predomínio de trabalho não familiar. Tal decisão não representa uma regra, mas se deve ao fato de que o tamanho dos empreendimentos e o atendimento da demanda não justifica recorrer a mais contratações. A contratação, geralmente, ocorre em épocas de maior demanda do mercado ou de maior produção, a exemplo de processados vegetais que têm uma procura maior no inverno pelo aumento do turismo rural, ou pela época de colheita (safra concentrada). Um serviço contratado com certa recorrência é o de Responsável Técnico (RT), seja na produção da matéria-prima ou processamento na agroindústria. Das trinta AIF pesquisadas, todas devem seguir as normas de boas práticas de fabricação, porém o responsável técnico deve estar presente em catorze delas, por se tratar de processamento animal e bebidas. Foi verificado que onze delas possuem RT contratados, o que indica que três ainda estão em processo de adequação para comercialização. A relação familiar no trabalho com as agroindústrias revela um potencial de valorização não apenas do recurso territorial, mas de resgatar um conhecimento tradicional das famílias, seja uma receita ou um saber fazer que é repassado de uma geração a outra.

Para a obtenção da renda a partir das AIF, a estratégia adotada pelos gestores é de diversificar os mercados e respectivos canais de comercialização. Quando questionados sobre os mercados nos quais comercializam seus produtos e qual seria o principal, foi possível



observar que a venda da produção ocorre em mais de um canal para 96% (29 AIF), sendo a principal variável em cada caso. As vendas no próprio município ocorrem em 83% (25) dos entrevistados, sendo apontado por quinze entrevistados como o principal espaço. Em 76,7% (23 AIF), o estabelecimento agropecuário ou urbano se apresenta como o local de venda, sendo esse o maior mercado de comercialização para cinco casos. As relações diretas estabelecidas nesses canais tendem a configurar um mercado de proximidade. As vendas nos demais municípios da Amures, para além da sede da AIF, são entendidas como canais dos mercados territoriais. Esse mercado é acessado por 66,7% (20) das AIF, o qual absorve a maior quantidade de produção em oito delas. Em 30% (9 AIF) registra-se a comercialização em outras regiões do estado, mas para apenas quatro casos se trata da maior quantidade de venda. Somente quatro (13,3%) proprietários de agroindústrias relatam fazer vendas de forma ocasional para fora do estado, seja em eventos, seja por encomendas de clientes.

Entre os vinte canais de comercialização citados, destaca-se o ponto de venda na própria agroindústria (40% ou 12 casos), a venda direta na casa dos consumidores (33% ou 10 casos), os pequenos (30% ou 9 AIF) e médios supermercados⁸ (23% ou 7 casos) e restaurantes, lanchonetes, padarias e hotéis (23% ou 7 AIF). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) não se configura como um dos mercados mais relevantes, mas tem grande importância para quatro gestores de agroindústrias, por pagar valor acima dos canais de comercialização dos demais mercados. Os dados demonstram uma marcante imersão das AIF nos mercados territoriais e de proximidade, nos quais são mobilizadas as redes sociais de confiança, com a maior parte das vendas realizadas diretamente ao consumidor. Sobre este assunto torna-se pertinente considerar, a partir da tipologia de mercados elaborada por Schneider (2016), que o mercado de proximidade também apresenta uma forte territorialização, embora possam mobilizar canais de comercialização distintos daqueles que constituem o mercado territorial propriamente dito.

As relações de governança territorial estabelecidas entre organizações públicas, associativas e privadas, apresenta múltiplas formas de participações e representações, mas ainda está em construção. De forma individual, os gestores e as famílias estabelecem vínculos e constroem relações com agentes de assistência técnica e extensão rural, consórcio público intermunicipal e associação dos municípios, sindicatos, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), instituições públicas federais (Universidade e Instituto Federais) e empresas privadas. Essas relações são de apoio e informação relativa a questões técnicas e nas inovações sociais e produtivas para melhoria das vendas. Por um lado, os gestores das AIF buscam se organizar em associação de agricultores (40% ou 12 AIF) e sindicatos (23% ou 7 AIF), sendo 20% (6 AIF) participantes tanto de sindicatos quanto de associações. A maior parte das AIF que participam dessas organizações utilizam signos distintivos (denominação de origem e marca coletiva), na intenção de fortalecer sua produção e comercialização. Estes conseguem se organizar enquanto categoria de produtores, porém pouco articulados à gestão da marca que utilizam.

Em paralelo, não se observou redes de construção coletiva que busquem soluções para problemas comuns, que sejam compostas por diferentes grupos de atores, com um sistema de governança melhor estruturado e não apenas coletivos isolados que discutem seus desafios enquanto categorias de AIF. Embora se tenha a marca coletiva Sabor Serrano, que beneficia cerca de 70 AIF, seu processo de gestão encontra-se inteiramente a cargo de um consórcio público intermunicipal, com nenhuma coparticipação de proprietários dessas agroindústrias, embora as AIF sejam procuradas por estabelecimentos turísticos que buscam parcerias em torno

⁸ Esses médios supermercados não são vinculados às grandes redes. Embora possam contar com algumas estruturas locais de maior porte, esses tendem a valorizar produtos locais nas negociações.

de produtos das AIF, há ainda pouca articulação dos produtores de bens com prestadores de serviço.

A baixa organização coletiva ocorre mesmo que alguns produtores apresentam demandas semelhantes, as quais poderiam ser discutidas em espaços coletivos, na busca de acolher e encontrar possibilidades de atuação, inclusive para incluir outros produtores que estão na informalidade. Esse é o caso, por exemplo, dos produtores de queijo serrano. Por ser um produto de origem animal elaborado a partir de leite cru, a legislação é rigorosa, devendo ter estrutura e equipamentos próprios, às quais se soma a legislação estadual que dispõe sobre a produção e comercialização, determinando peso, tamanho da peça e o tempo mínimo de cura para ser comercializada. Existe ainda a necessidade de contratar um RT com formação em veterinária para assinar mensalmente as documentações que permitam a liberação do produto para o mercado, assim como análises laboratoriais do leite que devem atender às especificações técnicas. Nessa direção, para os pequenos empreendimentos, o custo acaba se tornando muito elevado e o ganho líquido muito pequeno, o que explica a marcada presença de empreendimentos informais.

A criação da Associação de Produtores de Queijo Artesanal Serrano da Serra Catarinense (Aproserra), em junho de 2013, foi um importante passo na organização dos produtores. Organizada com apoio da Epagri, o objetivo da Aproserra consiste em fortalecer e reconhecer a produção do queijo artesanal serrano como um patrimônio cultural, com história e importância econômica e social. Essa associação está diretamente ligada ao processo de criação de uma Indicação Geográfica com Denominação de Origem, que permitiu a inserção formal do queijo artesanal serrano no mercado a partir de 2020. Contudo, hoje, apenas um produtor de queijo serrano utiliza o selo de Indicação Geográfica e um total de nove produtores têm sua produção e comercialização formalizada. O número de produtores de queijo serrano no território não é conhecido, e mesmo na informalidade são comercializados, principalmente em mercados de proximidade. Pensar estratégias a partir das organizações dos produtores a ser pautada junto às organizações públicas e consumidores, poderia ser um caminho de tornar a produção do queijo serrano mais acessível no mercado formal.

Apesar de ocuparem um importante espaço no mercado territorial e ter alcançado o reconhecimento dos consumidores locais, há que se pensar estratégias para fortalecer as iniciativas de AIF. Entre estas destaca-se a necessidade de uma governança territorial, para a qual organizações se proponham a compreender os desafios e buscar alternativas, mas também de compreender as diversas estratégias que fazem com que as AIF formais e informais se estabeleçam no território.

6. Considerações finais

Ao privilegiar o crescimento econômico, os grandes projetos de desenvolvimento rural buscam atrair investidores externos e favorecerem aqueles que possuem algum capital para investir ou tenham maior influência no campo político-econômico. O desenvolvimento territorial sustentável se apresenta como um enfoque teórico-metodológico alternativo para orientar a construção de ações com base nas redes de relações sociais, o que configura uma proposta com maior capacidade de inclusão social, sendo extremamente pertinente para o caso brasileiro. Na perspectiva alimentar, a desigualdade social é mais grave. Além das limitações de acesso a produtos básicos, alguns produtos industrializados se destinam a um nicho de mercado, se restringindo a uma fração muito pequena da população. A partir do momento em que decisões políticas passam a projetar políticas públicas que priorizam a agricultura familiar, populações tradicionais e povos socialmente excluídos, os movimentos e organizações territoriais começam a ocupar espaços nos mercados.



A construção de ações que articulem crescimento econômico com desenvolvimento social e ambiental representa um grande desafio. O modelo de análise da CBST evidencia o potencial das agroindústrias familiares. Essas unidades de processamento e transformação, sobretudo de alimentos, mobilizam mão de obra predominantemente familiar para valorizar elementos culturais, históricos e artesanais, expressos nos produtos típicos. Esses elementos distintivos dão base para a criação de espaços nos mercados de alimentos via diferentes canais de comercialização, em que as relações de troca são reconfiguradas por relações de confiança e reciprocidade. A oferta de uma diversidade de alimentos processados por AIF permite gerar renda, conservar o saber-fazer e oportunizar a segurança alimentar na esfera territorial, uma vez que disponibiliza alimentos carregados de cultura. Não por acaso, a maior parte é comercializada localmente e nas proximidades, o que inclui a venda direta (feiras livres), mercados digitais e canais públicos institucionais (PNAE).

A análise a partir da pesquisa com as agroindústrias familiares na Serra Catarinense evidencia o envolvimento e a coesão social entre familiares, mobilizando de forma articulada confiabilidade e profissionalismo. Cabe destacar a importância assumida pelas mulheres nas distintas atividades ligadas às agroindústrias, tanto por deter o conhecimento tradicional familiar como por assumir papel chave na criação, trabalho e gestão de grande parte delas. A análise preliminar dos dados de campo revelou uma carência de articulação e cooperação entre os agentes produtores de bens e serviços (privados) e destes com o poder público e agentes privados. O estabelecimento de um sistema de governança pode auxiliar as AIF a contornar seus principais gargalos. Isso representa uma possibilidade de avanços, na medida que se estabeleçam regras que aproximem interesses de diferentes categorias de atores do território. Em um passo além, a articulação entre a produção desses bens de qualidade pode se articular melhor com a oferta de serviços, valorizando o território, a produção e a comercialização. Além da disponibilidade inicial dos atores, essas redes devem contar com atores hábeis em gerenciar conflitos e valorizar a participação, orientando-se à obtenção de benefícios coletivos. Nesse sentido, o poder público não deve se restringir a aportar programas, projetos e recursos para esse público mais vulnerável. Ao mobilizar recursos da sociedade, estes devem contemplar o desenvolvimento de condições que sejam de fácil apropriação para esses atores sociais. Entre esses desafios vislumbra-se a possibilidade de discutir uma legislação apropriada para uma certa escala, criar estruturas públicas de comercialização e dar suporte técnico na elaboração de projetos e estudos de mercado.

Por fim, o olhar sobre as AIF evidencia a capacidade dos atores em valorizar a sua própria história e cultura. Ao ampliar a oferta e estruturar a comercialização territorial, por meio de diversos e diferenciados canais de comercialização, tem-se a capacidade de incluir as diferentes camadas sociais e, assim, garantir o acesso a alimentos diversificados e com qualidade para uma parcela mais ampla de consumidores territoriais.

7. Referências bibliográficas

AMURES - Associação dos Municípios da Região Serrana. Estatuto social. Segunda alteração. Lages, 2020. 25p. Disponível em: <https://amures.org.br/pagina-6899/>. Acesso em: mar. 2023.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. Geosul, Florianópolis, nº 32, v.16, p. 31-50, 2001.

CARRIERE, J-P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. Florianópolis, Eisforia, 2006, p.23-47.

CAZELLA, A. A. Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia ao desenvolvimento territorial sustentável. Florianópolis, Eisforia, 2006, p.225-247.

CAZELLA, A. A. et al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. Revista Política e Sociedade, v. 15, p. 49-79, 2016.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; PAULA, L. G. N.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S. O enfoque da Cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v.16, no 3, p. 179-192, 2020.

FAVARETO, A. Uma década de experimentações e o futuro das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

FAVARETO, A. ; BERDEGUÉ, J. . Mudanças globais e locais - implicações para o futuro do enfoque territorial do desenvolvimento rural em América Latina. In: PERAFAN, M.E.V.; GRISA, C.; TARTARUGA, I.; RAMIREZ-MIRANDA, C.A.. (Org.). Gestão e dinâmicas em desenvolvimento territorial. 1ed.Curitiba: Editora CRV, 2018, v. 1, p. 29-54.

GALVANESE, C. S. Planejamento e políticas territoriais no Brasil. In: Paradigmas do planejamento territorial em debate: contribuições críticas a um campo científico emergente. Santo André: E. UFABC, p.163-223, 2021.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 6., 2007. Anais... Fortaleza: SBSP, 2007

HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. Économie Rurale, n°308, p. 55-70, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário de 2006. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). 2007. Disponível em:<<https://ibge.gov.br/>>. Acesso: fev. 2023.

LOCKS, G. A. Uma análise antropológica da formação social e do desenvolvimento socioeconômico da Lages e da Serra Catarinense. In: Visão Contemporânea e Sustentável da Serra Catarinense. Org. YAMAGUCHY, C. K.; et al. Lages, Ed. Uniplac, 2016.

MAGNANTI, N. J. Extração do pinhão na promoção da biodiversidade e do desenvolvimento econômico da agricultura familiar no Planalto Serrano Catarinense. Tese (Doutorado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2019.

MIOR, L. C. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural. Petrópolis: Argos, 2005

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes*, Campina Grande, v. 24, n. 01 e 02, p. 10–22, 2005. <https://doi.org/10.37370/raizes>. 2005. v24. 243

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. *Eisforia*, Florianópolis/SC, v. 3, n. especial, p. 135-153, 2001/2006

PEIXER, Zilma Isabel. *A cidade e seus tempos: O processo de constituição do espaço urbano em Lages*. Santa Catarina: Ed. UNIPLAC, 2002.

PLOEG, J. D. Van der, YE, J., & SCHNEIDER, S. Rural development: Actors and practices. In P. Milone, F. Ventura, & J. Ye (Eds.), *Constructing a new framework for rural development* (Vol. 22). *Research in Rural Sociology and Development*. Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited. 2015

PLOEG, J. D. Van der. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p.21-52, 2016.

PREZOTTO, L.L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. In: *Revista de Ciências Humanas*. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. n. 31, abr. 2002. p.133-154.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Seeds and sprouts of rural development: Innovations and nested markets in small scale on-farm processing by family farmers in south Brazil. *Constructing a New Framework for Rural Development (Research in Rural Sociology and Development)*, v. 22, p. 127-156, 2015. DOI: doi.org/10.1108/S1057-192220150000022005

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p.93-140, 2016.

TECCHIO, A. et al. Desenvolvimento territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a abordagem a cesta de bens e serviços territoriais. *Revista Política e Planejamento Regional*, v.8, n. 1, p. 1-20, 2021.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 13, p. 29-45, 1999